

v.2, n.12, 2025 - Dezembro

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

A REVOLTA DO QUEBRA-QUILOS NO NORDESTE (1874-1875)

Genivaldo Bezerra Cavalcanti¹

Revista O Universo Observável

DOI: 10.5281/zenodo.18004384

[ISSN: 2966-0599](#)

¹Graduado em História e Sociologia, Bacharel em História, Especialista em História do Nordeste e em Antropologia do Direito, Mestre e Doutor em Educação.

E-mail: genivaldocavalcanti39@hotmail.com

Lattes: <https://share.google/u9Vq3CUvK20PTCWhp>



A REVOLTA DO QUEBRA-QUILOS NO NORDESTE (1874-1875)

Genivaldo Bezerra Cavalcanti



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CNPJ: 57.199.688/0001-06
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

A Revolta do Quebra-Quilos foi uma série de levantes populares que eclodiu entre 1874 e 1875 em diversas províncias do Nordeste do Império do Brasil, sobretudo Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. O estopim foi à imposição do sistema métrico decimal e a cobrança de impostos e taxas consideradas abusivas. Este artigo revisita o contexto, as causas, a dinâmica dos motins, as respostas repressivas e as interpretações historiográficas, situando o Quebra-Quilos na história social da resistência popular no Brasil do século XIX.

Palavras-chave: Revolta do Quebra-Quilos; sistema métrico decimal; Nordeste; Império do Brasil.

ABSTRACT

The Quebra-Quilos Uprising was a wave of popular riots across Northeastern provinces in Brazil (1874-1875), triggered by the enforcement of the metric system and new taxation schemes. This article examines the political and economic context, the repertoire of collective action, the role of local authorities, and the state repression response, framing the movement within the social history of nineteenth-century popular resistance.

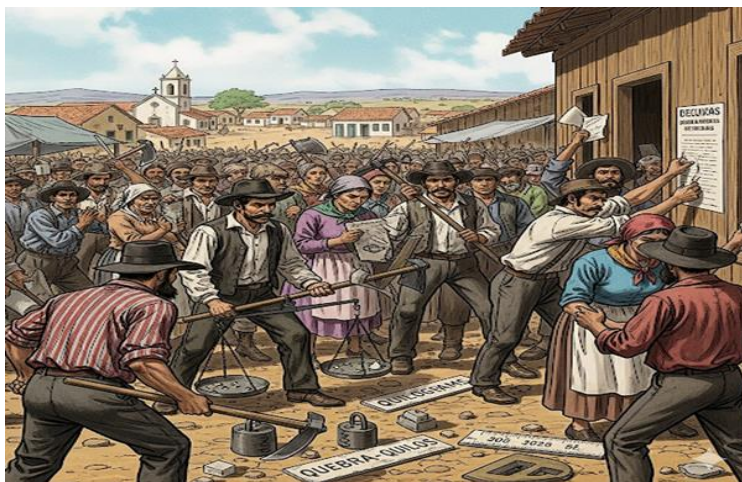
Keywords: Quebra-Quilos; metric system; nineteenth-century Brazil; popular riots; taxation.

INTRODUÇÃO

A Revolta do Quebra-Quilos integra o repertório de resistências populares do Brasil imperial. O movimento se destacou por sua abrangência regional e pela diversidade de atores sociais envolvidos. Para compreender a complexidade desse evento, adotou-se como referencial teórico os autores Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), Marcus Carvalho (2002) e Lira Neto (2000). Seus trabalhos oferecem uma análise diversificada do movimento, indo além da simples rejeição a uma nova tecnologia. Eles exploram a participação de diferentes grupos sociais, o papel das lideranças locais, as redes de poder e a percepção popular sobre as reformas governamentais, permitindo uma visão mais aprofundada das motivações e dos desdobramentos da revolta.

Ocorrida no Nordeste brasileiro entre 1874 e 1875, foi um dos mais importantes e emblemáticos movimentos de contestação popular do Segundo Reinado. O levante, que começou na Paraíba e se espalhou rapidamente por outras províncias como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, ganhou notoriedade por sua principal forma de protesto: a destruição de balanças, pesos e medidas que seguiam o recém-imposto Sistema Métrico Decimal.

Embora o estopim da revolta tenha sido a adoção do novo sistema de pesos e medidas, os historiadores apontam para causas muito mais profundas e complexas. O movimento foi, na verdade, uma reação à crise econômica, ao aumento da carga tributária, à miséria no campo e à insatisfação com a política imperial que, na visão da população, privilegiava a elite e marginalizava os mais pobres.



A revolta, liderada por figuras anônimas e por padres e pequenos comerciantes, foi um grito de socorro

de uma população rural oprimida, que viu na imposição de um padrão de medidas desconhecido uma ameaça

direta ao seu modo de vida tradicional e uma nova forma de exploração. A repressão do governo imperial foi violenta e a revolta foi sufocada, mas deixou um legado de resistência popular que marcou a história do Nordeste no século XIX.

Segundo Carvalho (2001, p. 87). “As revoltas populares do século XIX revelam a ausência de canais institucionais para a manifestação de insatisfações coletivas, levando as camadas subalternas a recorrer à ação direta”.

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, em seu estudo sobre o Brasil no século XIX, oferece uma perspectiva valiosa sobre as motivações e a natureza do levante.

Em uma de suas obras, ela sintetiza a natureza do movimento da seguinte forma:

“A revolta do Quebra-Quilos foi, acima de tudo, uma resposta visceral das camadas populares contra a intervenção do Estado em suas vidas cotidianas, na sua economia familiar e nos seus hábitos tradicionais. Era o choque entre a modernidade imposta ‘de cima’ e a resistência ‘de baixo’ de uma sociedade que se sentia desamparada e explorada pelas novas regras.” (DIAS, 1984)

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, a metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistiu na análise aprofundada de obras de historiadores e sociólogos que investigaram o movimento, como os autores citados no referencial teórico. A partir dessas fontes, foi possível construir uma base teórica sólida sobre as causas, o desenvolvimento e as consequências da revolta, contextualizando-a no cenário político e social do Segundo Reinado.

A pesquisa documental, por sua vez, complementou a análise bibliográfica ao utilizar documentos históricos da época, como relatos de jornais, correspondências oficiais e arquivos de províncias, que serviram como instrumentos para a coleta de dados primários. A análise dos dados foi qualitativa, focando na interpretação dos discursos, narrativas e relatos para identificar padrões de comportamento, motivações e a percepção dos diferentes sujeitos envolvidos, como os revoltosos, as autoridades imperiais e a imprensa.

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa teve como justificativa a necessidade de compreender como os conflitos sociais no Brasil do século XIX se manifestavam em resposta às políticas de centralização e modernização, destacando a agência das classes populares. Mas a questão colocada é: em que medida a Revolta do Quebra-Quilos foi um movimento

de resistência à modernização e quais foram as suas principais motivações e desdobramentos?

1. Contexto histórico do Nordeste no século XIX

O Nordeste enfrentava grandes desafios estruturais no século XIX. As secas recorrentes, a concentração fundiária e a fragilidade das políticas públicas ampliavam tensões sociais.

A Revolta do Quebra-Quilos teve início no povoado de Fagundes, que ficava próximo a Campina Grande, na província da Paraíba.

O estopim da revolta foi a reação da população, principalmente feirantes e camponeses, à imposição de um novo sistema de pesos e medidas (o sistema métrico decimal). Acostumados com os antigos padrões, eles se sentiram lesados com a mudança e, em 31 de outubro de 1874, começaram a quebrar as novas balanças e medidas.

O movimento rapidamente se espalhou para outras cidades da Paraíba e, em seguida, para as províncias vizinhas de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, ganhando força e incorporando outras pautas, como a oposição a novos impostos e à lei de recrutamento militar.

Andrade (1980, p. 102) observa. “A crise agrária nordestina não pode ser dissociada do processo histórico da ocupação e do uso da terra. A concentração fundiária, combinada à monocultura, gerava um quadro de exclusão social que favorecia o surgimento de rebeliões”.

Crise econômica e miséria

O Nordeste do século XIX, embora ainda importante para a economia do Império, enfrentava um processo de decadência econômica. A base da economia regional, a monocultura de cana-de-açúcar, estava em declínio devido à concorrência com a produção do Caribe e à falta de modernização. Isso gerou um cenário de miséria generalizada para a maioria da população, especialmente para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Dificuldades agrícolas: A vida no campo era precária, com safras incertas e a exploração por grandes proprietários de terra. A subsistência dependia de feiras e do comércio local, onde a população trocava e vendia o que produzia.

Aumento de impostos: Para compensar a perda de arrecadação e financiar a máquina estatal, o governo imperial e os governos provinciais criaram novos impostos, como o “imposto do chão”, uma taxa sobre o uso do espaço nas feiras. Essas cobranças, somadas à inflação, pesavam no bolso de uma população já empobrecida.

A modernização do Império e a ruptura de tradições

O Brasil do Segundo Reinado passava por um projeto de modernização, visando centralizar o poder e unificar o país. Essa modernização, no entanto, chegava ao Nordeste rural de forma autoritária e violenta.

A "Lei do Sorteio": Outro fator de tensão foi a chamada "Lei do Sorteio" de 1874, que tornava obrigatório o alistamento militar para todos os homens a partir dos 18 anos. Essa lei, vista como uma forma de o governo tirar os filhos dos camponeses para servir ao Exército, gerou grande revolta e se misturou com a indignação contra o sistema métrico.

O monopólio do poder: A população não confiava nas autoridades locais, formadas por latifundiários e comerciantes que, muitas vezes, eram os principais beneficiados pela nova ordem. A política de favores e a corrupção eram endêmicas, e a população se sentia abandonada pelo governo e à mercê dos poderosos locais.

A Revolta como um Grito de Socorro

Nesse cenário, a Revolta do Quebra-Quilos foi um movimento de protesto contra um sistema que oprimia e marginalizava a população. O quebra-quebra de balanças e a destruição dos instrumentos de medição foram atos simbólicos de repúdio à modernização autoritária e à exploração econômica. Foi a reação de um povo que, diante da miséria e da injustiça, decidiu se insurgir para defender seu modo de vida e suas tradições, em um último e desesperado ato de resistência.

2. A implantação do sistema métrico decimal

A implantação do novo sistema métrico decimal no Brasil, no final do século XIX, foi um dos principais motivos por trás da Revolta do Quebra-Quilos. Esse movimento popular, que aconteceu principalmente no Nordeste do país, foi uma reação direta às mudanças impostas pelo governo imperial.

Antes da adoção do sistema métrico, o Brasil usava uma variedade de pesos e medidas que variavam de uma região para outra. Havia a onça, a arroba, o alqueire, a braça e o quartilho, entre outras. A falta de padronização dificultava o comércio e abria espaço para a desonestidade, já que era fácil para os comerciantes enganarem os clientes.

Em 1862, o governo de D. Pedro II promulgou a Lei n.º 1.157, que tornava obrigatória a adoção do sistema métrico francês (com unidades como o metro, o litro e o quilo). A lei estipulou um prazo de 10 anos para que a transição fosse feita em todo o país.

Apesar de a medida ter o objetivo de modernizar o comércio, a sua implantação foi um desastre para a população mais pobre, especialmente no Nordeste. A revolta, que se espalhou por províncias como Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do

Norte, não se limitou apenas à mudança de medidas. Ela também foi impulsionada por outros fatores:

Desconfiança: A população, majoritariamente rural e analfabeta, desconfiava das novas medidas. Muitos viam a imposição do quilo como uma forma de o governo e os comerciantes os roubarem. A mudança desestabilizou a relação de confiança que existia nas feiras locais, onde os métodos de medição tradicionais eram bem conhecidos.

Aumento de Impostos: A revolta também foi um protesto contra o aumento da carga tributária. Naquela época, o governo estava cobrando o "imposto do chão", uma taxa que os feirantes tinham que pagar para expor suas mercadorias diretamente no chão da feira.

Recrutamento Militar: Outra causa de insatisfação era a nova lei de recrutamento militar, que tornava o serviço obrigatório por sorteio.

O sistema métrico decimal foi adotado oficialmente no Brasil em 1862, mas sua implementação prática se deu na década seguinte.

Segundo Silva (2010, p. 59): A imposição do sistema métrico representava não apenas uma mudança técnica, mas também simbólica. Era a intervenção do Estado imperial na vida cotidiana do povo, subvertendo práticas tradicionais enraizadas. A revolta foi classificada como um movimento amplo que abrangeu diversas esferas, mostrando o quão profunda era a ligação das pessoas com as práticas tradicionais.

3. Causas econômicas e fiscais da revolta

A Revolta do Quebra-Quilos, que abalou o Nordeste brasileiro no final do século XIX, não pode ser compreendida apenas como uma simples reação à imposição de um novo sistema de pesos e medidas. Na verdade, as causas econômicas e fiscais formam a espinha dorsal do movimento, representando o acúmulo de insatisfações de uma população já em situação de vulnerabilidade.

As principais cidades paraibanas onde a revolta ocorreu foram:

Fagundes: Considerada o marco inicial do movimento, onde os revoltosos, liderados por João Carga d'Água, quebraram os novos padrões de pesos e medidas e os jogaram no rio.

Campina Grande: A revolta ganhou força e se expandiu rapidamente para esta cidade, que na época era um importante polo comercial. Um dos episódios mais conhecidos foi o arrombamento da cadeia pública.

Alagoa Grande: Foi uma das cidades paraibanas onde as tropas do Exército foram enviadas para conter a revolta, demonstrando a intensidade do movimento na região.

Areia: O movimento também chegou a esta cidade, que era um centro de produção agrícola.

Mamanguape: A revolta se alastrou até a região de Mamanguape, mostrando o quão abrangente foi a insatisfação popular na província.

A Revolta, Quebra-Quilos em Pernambuco

A cidade de Itambé, em Pernambuco, foi um dos locais onde a Revolta do Quebra-Quilos se manifestou com força. Por estar localizada próxima à divisa com a Paraíba, onde o movimento começou, Itambé foi um dos primeiros alvos dos revoltosos em Pernambuco.

Em novembro de 1874, o promotor público de Itambé chegou a enviar cartas ao governo da província em Recife, alertando sobre a iminência da revolta na região e pedindo reforços militares. Dias depois, os "quebra-quilos" invadiram a feira da cidade, destruindo balanças e outros instrumentos de medida, e também atacaram o cartório local.

O movimento em Pernambuco, embora sem a mesma centralização da Paraíba, se espalhou por outras cidades do agreste e sertão, como **Goiana, Bom Jardim, Nazaré, Curangi e Timbaúba**. A rebelião se baseava na insatisfação com a nova lei que obrigava o uso do sistema métrico decimal e com a cobrança de novos impostos, além do recrutamento militar obrigatório.

Principais lideranças e características da revolta

Lideranças locais e espontâneas: A revolta foi mais um conjunto de levantes autônomos e simultâneos do que uma única rebelião coordenada. Os líderes surgiram de forma espontânea, geralmente entre os próprios camponeses e pequenos proprietários, que se revoltaram contra as medidas impostas pelo governo imperial.

João Vieira e João Carga D'água: Esses nomes são frequentemente citados como líderes de grupos que atuaram nas províncias da Paraíba e de Pernambuco. Eles se destacaram por sua atuação à frente dos revoltosos, atacando feiras, quebrando balanças e incendiando documentos fiscais.

Neco de Barros: Outra figura importante, Neco de Barros atuou na região de Campina Grande, na Paraíba. Ele liderou um dos primeiros e mais violentos ataques da revolta, invadindo a vila e destruindo os novos instrumentos de medição.

A elite rural e o clero: Embora a revolta fosse popular, alguns estudos indicam que membros da elite rural e do clero, insatisfeitos com a política do governo imperial, também incentivaram o movimento ou participaram dele de forma indireta. Eles viam a revolta como uma forma de protesto contra os impostos e a nova lei de recrutamento militar.

A falta de uma liderança unificada foi uma das razões que contribuíram para a sua rápida repressão pelo governo. O movimento, no entanto, foi um forte sintoma da insatisfação popular com as políticas do Segundo Reinado.

Crise econômica no Nordeste

O século XIX marcou um período de decadência econômica para o Nordeste brasileiro. A hegemonia da cana-de-açúcar, base da economia regional, estava em declínio devido à concorrência internacional e à falta de modernização. Ao mesmo tempo, a ascensão da economia cafeeira no Sudeste desviava investimentos e mão de obra, agravando a crise na região.

Para a população rural, essa crise significava:

Piora nas condições de vida: A miséria se aprofundava, com a renda dos pequenos agricultores e trabalhadores diminuindo consideravelmente.

Aumento dos preços: A carestia de produtos de primeira necessidade tornava a sobrevivência diária uma luta constante.

Dependência de comerciantes: Os pequenos produtores e feirantes se tornaram cada vez mais dependentes de atravessadores e grandes comerciantes, que ditavam os preços e lucravam com a crise.

Fatores fiscais e a opressão tributária

Em um contexto de crise, o governo e as autoridades locais buscaram novas formas de arrecadação para compensar a queda das receitas. Essa política fiscal pesada e injusta foi um dos principais estopins da revolta.

Aumento de impostos: Novos impostos foram criados ou reajustados. O mais notório, e que despertou a fúria popular, foi o "imposto do chão". Essa taxa era cobrada dos feirantes pelo simples fato de eles colocarem suas mercadorias no chão da feira. Além disso, a forma como a cobrança era feita, muitas vezes por meio de arrematadores (que adquiriam o direito de cobrar os impostos) e que agiam de forma abusiva e corrupta, gerava ainda mais revolta.

Imposição do Sistema Métrico Decimal: A obrigatoriedade do novo sistema de pesos e medidas (quilos, metros e litros) foi a gota d'água. Para a população, que utilizava medidas tradicionais baseadas em costumes locais (como a vara, a braça e a arroba), a mudança foi vista como uma forma de os comerciantes e o governo os explorarem ainda mais. O medo era de que o novo sistema seria usado para aumentar preços, com os comerciantes repassando para o consumidor o alto custo de aquisição das novas balanças e pesos.

Em suma, a Revolta do Quebra-Quilos foi um levante popular que, embora tenha a ver com a adoção de um novo padrão de medidas, tinha raízes profundas

nas dificuldades econômicas e na opressão fiscal que atingiam a população rural do Nordeste. A revolta foi uma forma de expressar a indignação contra a miséria, a exploração e a injustiça do sistema imperial.

A insatisfação popular estava relacionada ao aumento de impostos, taxas e à fiscalização severa sobre os comerciantes locais. Pinheiro (1975, p. 133) afirma. "Os mecanismos de arrecadação fiscal no Império funcionavam como instrumentos de coerção social, penalizando de forma mais dura aqueles que menos podiam arcar com os custos".

4. As manifestações populares: feiras e mercados

As feiras no Brasil do século XIX, especialmente nas províncias do Nordeste como Paraíba e Pernambuco, eram o coração da vida econômica e social. Elas serviam como o principal ponto de encontro para a comercialização de produtos, desde alimentos essenciais até itens manufaturados.

Características das feiras antes da Revolta

Comércio Local e Regional: Nessas feiras, as pessoas da zona rural vendiam os excedentes de suas produções agrícolas, como milho, feijão e frutas. Era onde os produtores rurais encontravam os comerciantes e a população urbana para vender e comprar.

Sistema de Pesos e Medidas: Antes da revolta, o Brasil utilizava um sistema de pesos e medidas bastante diversificado, que era uma herança do período colonial português. Para medir e pesar, utilizavam-se unidades como a arroba, o côvado, o palmo e a braça. Não havia um padrão unificado, e as negociações dependiam de costumes e acordos locais, com balanças de prato e pesos de pedra.

Impostos e Coletoria: A cobrança de impostos sobre as mercadorias vendidas nas feiras era uma prática comum. Um dos mais conhecidos era o "imposto do chão", uma taxa que os comerciantes pagavam para ocupar um espaço no chão da feira e expor seus produtos. Essa cobrança, muitas vezes, era feita por "arrematantes" (pessoas que compravam o direito de coletar os impostos), o que gerava abusos e descontentamento.

Papel Social e Econômico: Além de ser um centro de comércio, a feira era um espaço de socialização. Era onde as notícias circulavam, os laços comunitários se fortaleciam e as tensões sociais se manifestavam. A feira não era apenas um mercado, era um ponto de encontro vital para a comunidade.

O que mudou com a Revolta dos Quebra-Quilos?

A revolta de Quebra-Quilos não surgiu de uma hora para a outra. Foi uma reação popular a uma série de medidas do governo imperial que impactaram diretamente a vida cotidiana. A gota d'água foi a imposição do sistema métrico decimal (quilo, metro,

litro), que substituiria o antigo e diversificado sistema de pesos e medidas.

Para a população, essa mudança era vista como mais uma imposição do governo, que não considerava a realidade e as dificuldades do povo. A revolta, que começou com a destruição de balanças e medidas do novo padrão, refletia não apenas a insatisfação com a mudança de sistema, mas também com a cobrança de impostos considerados abusivos e com o aumento do controle do governo sobre o comércio local.

As feiras e os mercados foram o palco principal e o epicentro das manifestações da Revolta dos Quebra-Quilos. Longe de serem apenas locais de comércio, esses espaços eram centros vitais de sociabilidade e economia para a população rural do Nordeste. Foi neles que a revolta ganhou força, transformando a indignação popular em ação direta e simbólica.

A Feira como Espaço de Protesto

As feiras e os mercados do século XIX eram o coração das comunidades rurais. Era ali que os pequenos produtores vendiam seus excedentes, compravam produtos de subsistência e trocavam informações. Mais do que isso, eram ambientes onde as notícias e as insatisfações circulavam livremente, longe do controle direto das autoridades. Por isso, a escolha desses locais para as manifestações não foi aleatória. A feira representava a "economia moral" da comunidade, baseada em costumes, tradições e em um sistema de trocas que, embora informal, era entendido e aceito por todos.

As Formas de Manifestação

As ações dos revoltosos nas feiras e mercados eram carregadas de simbolismo e tinham um propósito claro: rejeitar o novo sistema de medição e contestar a autoridade do Império e dos comerciantes. As manifestações se davam de forma organizada, mas também com um forte elemento de fúria popular.

O Quebra-Quebra de Balanças: O ato mais simbólico e definidor da revolta era a destruição dos instrumentos de medição. Os revoltosos invadiam as feiras e os mercados, quebravam as balanças, os pesos e as medidas padronizadas (quilos e litros) e, em alguns casos, as jogavam no chão ou em rios. Essa ação não era um simples vandalismo; era uma forma de anular a imposição do novo sistema e afirmar a validade das medidas tradicionais. Era um recado direto ao governo e aos comerciantes: "Não aceitamos suas regras".

Ameaças e Expulsão de Comerciantes: Os comerciantes que insistiam em usar o novo sistema ou que eram vistos como exploradores eram intimidados e, por vezes, expulsos das feiras. O medo de ter suas balanças destruídas ou de serem agredidos fez com que

muitos deles se vissem obrigados a voltar a usar as medidas antigas.

Incitação Pública: As manifestações nas feiras se davam com discursos inflamados e panfletos que incitavam a população a resistir. Padres, pequenos proprietários e líderes populares usavam a feira como palanque para denunciar os abusos do governo, o aumento dos impostos e a injustiça do novo sistema.

Motins e Saques: Em alguns casos, a revolta escalou para motins e saques, nos quais os revoltosos saqueavam lojas de comerciantes vistos como exploradores, buscando bens de primeira necessidade e, em alguns casos, destruindo registros de dívidas.

A ação nas feiras e mercados revela o caráter popular e espontâneo do Quebra-Quilos. Longe de ser um movimento ideológico complexo, era uma reação visceral e pragmática de um povo oprimido, que usou seu espaço de convívio mais importante para expressar sua resistência e defender o que consideravam justo.

As feiras eram o principal espaço de expressão da revolta. Os camponeses destruíam balanças e instrumentos de medição.

Silva (2010, p. 91) destaca. “As feiras tornaram-se palco simbólico da disputa entre Estado e povo. A destruição das balanças significava mais do que recusa técnica: era um ato político de resistência”.

5. Repressão do governo imperial

O governo imperial respondeu com violência, enviando tropas para sufocar os movimentos.

Segundo Mello (1999, p. 211). “A repressão foi imediata e exemplar. O Estado buscava reafirmar sua autoridade diante de qualquer contestação que pudesse fragilizar sua legitimidade política”.

A reação do governo imperial à Revolta do Quebra-Quilos foi, inicialmente, de grande surpresa e, rapidamente, se transformou em uma dura e violenta repressão. Considerado um movimento de “desordeiros” e “ignorantes”, o levante popular que se espalhou pelo Nordeste representava uma séria ameaça à autoridade do Império e ao seu projeto de modernização.

A militarização da repressão

O governo não hesitou em usar a força militar para sufocar a revolta. A principal estratégia foi o envio de tropas do Exército e da Força Policial para as províncias afetadas, como Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. As ações de repressão se concentraram em:

Combate direto: As tropas imperiais confrontavam os grupos de revoltosos, que, na maioria das vezes, estavam armados de forma rudimentar, com foices, facões e bacamartes.

Prisões em massa: Centenas de revoltosos foram presos, acusados de crimes como “sedicionismo” e “desordem

pública”. A maioria desses prisioneiros eram lavradores, comerciantes e pessoas comuns que participaram dos saques e das quebras de pesos e medidas.

Perseguição às lideranças: As autoridades se esforçaram para identificar e prender os líderes do movimento, que, em geral, eram figuras populares e temporárias, surgindo e desaparecendo ao longo da revolta.

A repressão foi tão brutal que, em alguns relatos da época, a situação era descrita como uma “guerra” contra a própria população, com punições severas e atos de violência.

A resposta política do governo

Além da repressão militar, o governo imperial adotou uma série de medidas políticas para tentar controlar a situação e reassegurar seu poder:

Anulação da Lei do Imposto do Chão: O “imposto do chão”, uma taxa abusiva cobrada dos feirantes para que pudessem expor suas mercadorias, foi um dos principais motivos da revolta. O próprio coronel Severiano da Fonseca, encarregado de reprimir o movimento, chegou a considerá-lo injusto. Para amenizar as tensões, o governo suspendeu essa cobrança, o que pode ser considerado uma concessão em resposta à pressão popular.

Negociações e promessas: O governo utilizou intermediários, como religiosos e autoridades locais, para tentar negociar com os revoltosos e convencê-los a se desmobilizar. A estratégia era prometer a anistia aos que se rendessem e jurassem lealdade ao Imperador.

Anistia: Após o enfraquecimento do movimento, uma anistia geral foi decretada em 1875, liberando a maioria dos presos e encerrando a perseguição judicial.

A repressão, embora eficaz para conter a violência, não resolveu as causas profundas da revolta. A adoção do Sistema Métrico Decimal foi efetivamente retardada em muitas áreas, o que demonstra que a resistência, mesmo que punida, obteve algumas vitórias. A Revolta do Quebra-Quilos é um exemplo claro de como a elite imperial, diante de um desafio popular à sua autoridade, não hesitava em usar de violência para manter o controle, ao mesmo tempo em que fazia concessões pontuais para evitar uma insurreição ainda maior.

6. O papel da Igreja e das elites locais

A Igreja Católica teve uma postura ambígua, apoiando a ordem em alguns momentos e defendendo o povo em outros.

Carvalho (2001, p. 156) analisa. “As elites eclesiásticas estavam divididas entre a fidelidade ao Estado imperial e a necessidade de manter prestígio junto às camadas populares”.

A fé religiosa teve influência na revolta, pois os insurgentes costumavam se congregar em igrejas, orando diante de imagens dos santos antes de iniciarem suas ofensivas; a bandeira dos revoltosos trazia representações da Virgem Maria e de Cristo crucificado. Não havia uma liderança unificada entre os rebeldes, que eram guiados por líderes locais, geralmente à frente em pequenos grupos.

O religioso José Antônio de Maria Ibiapina, ou apenas Padre Ibiapina, foi um dos clérigos que teve participação ativa na Revolta. O movimento ainda contou com a participação de outros líderes religiosos com isso, buscamos entender qual a intervenção desse grupo no meio das demandas que, a princípio, se transformou contraditória, pois, embora a Igreja e o Estado mantivessem uma relação tensa, porém ambos em várias situações de cumplicidade. No início da revolta, a Igreja Católica foi, para alguns revoltosos, um símbolo de apoio e tradição, com gritos que defendiam "viva a religião". No entanto, o governo imperial chegou a ordenar a prisão de padres por sua suposta liderança no movimento. Conforme a revolta se intensificava, houve uma mudança no papel da Igreja. Alguns padres, como os que defendiam o novo sistema de medidas, começaram a ponderar a revolta e a defender a padronização, o que contribuiu para a repressão do movimento.

7. Comparação com outras revoltas do Império

A Revolta do Quebra-Quilos pode ser comparada à Cabanagem, à Balaiada e à Sabinada, embora com objetivos distintos.

Diferindo de outras revoltas do Império, como a Guerra dos Farrapos (1835-1845) ou a Revolta da Malta (1834), por seu caráter eminentemente camponês e não articulado por elites, focando na resistência cultural e na recusa de um Estado que impunha "ordem" mas não o fazia em benefício das camadas populares. Diferente de revoltas com agendas políticas ou regionais mais complexas, o Quebra-Quilos representou uma resistência à imposição de um novo modelo de organização econômica e social.

A Revolta do Quebra-Quilos se destaca em relação a outras revoltas do Império por ser um movimento popular que se opôs especificamente à adoção do sistema métrico decimal, ao aumento de impostos e à exigência de aluguel de instrumentos de medida. Ao contrário de outras revoltas, o Quebra-Quilos concentrou-se na resistência à "modernização" e padronização governamental, defendendo a preservação das medidas e pesos locais, sem se restringir a disputas de classe ou questões políticas mais abrangentes.

Viotti da Costa (1998, p. 213) lembra. "As revoltas do Império revelam o contraste entre um Estado centralizador e uma sociedade fragmentada,

onde a contestação popular surgia como única forma de participação política".

8. Interpretações historiográficas

A historiografia oferece diferentes interpretações para a Revolta do Quebra-Quilos, ora como resistência atrasada, ora como luta popular consciente.

Fausto (2006, p. 145) ressalta. "Não se pode reduzir tais movimentos a simples reações irracionais. Eles possuíam lógica própria e traduziam a busca por espaços de autonomia frente ao Estado".

A partir de meados do século XX, com o avanço da historiografia, as análises se aprofundaram e passaram a considerar outros fatores sociais, econômicos e políticos. Os autores que se debruçaram sobre o tema trouxeram uma nova luz, mostrando que o Quebra-Quilos não foi apenas uma reação ao novo sistema de pesos e medidas.

Armando Souto Maior e Hamilton de Mattos Monteiro: Esses autores, em obras como "Quebra-quilos: lutas sociais no outono do Império" (Souto Maior) e "Nordeste insurgente" (Monteiro), foram pioneiros em contextualizar a revolta dentro de um quadro mais amplo de tensões sociais. Eles apontam que a revolta foi uma reação à crise econômica, ao aumento de impostos e à exploração por "atravessadores", que lucravam com o trabalho da população pobre. O novo sistema métrico, na verdade, servia aos interesses da elite econômica, que controlava os preços e as medidas, e funcionou como o gatilho final para a insatisfação já existente.

Maria Verónica Secreto: Em seu livro "(Des) medidos. A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)", a historiadora argentina aprofunda a análise da revolta como uma forma de resistência popular ao projeto de modernização do Estado imperial. Ela argumenta que a adoção do sistema métrico decimal representava a imposição de um padrão centralizado e burocrático, que desmantelava as relações comerciais locais e o que o historiador britânico E. P. Thompson chamou de "economia moral", baseada em tradições, costumes e em unidades de medida que eram familiares e de fácil compreensão para a população. Para Secreto, os revoltosos não eram ignorantes, mas sim defensores de seus modos de vida e de suas tradições contra o avanço de um capitalismo incipiente e excludente.

CONCLUSÃO

A Revolta do Quebra-Quilos foi expressão da resistência popular diante da centralização do Estado imperial e das mudanças sociais impostas. Representou não apenas a recusa do sistema métrico, mas a luta por autonomia cultural e econômica.

A Revolta do Quebra-Quilos foi um dos mais significativos movimentos populares do período imperial brasileiro, revelando a insatisfação das camadas populares frente às imposições do Estado e às transformações econômicas e sociais da época. Muito além da simples rejeição ao sistema métrico decimal, a revolta expressou o descontentamento contra a cobrança de impostos, o aumento do custo de vida e a falta de representatividade das populações rurais e pobres nas decisões políticas do Império.

A multiplicidade de interpretações historiográficas que vão desde visões elitistas até análises marxistas e culturais demonstra que o movimento não pode ser reduzido a uma simples reação irracional ou atraso frente à modernização. Pelo contrário, ele revela formas de resistência populares marcadas por valores culturais, religiosos e econômicos específicos de seu tempo e lugar.

Uma das curiosidades mais marcantes é a conexão da revolta com a Maçonaria. Alguns historiadores, como Marcus Carvalho, apontam que o movimento foi parcialmente influenciado por maçons e membros da elite local que, insatisfeitos com o governo central, utilizaram o descontentamento popular para seus próprios fins políticos. Isso mostra que a revolta não foi um evento puramente popular, mas também um palco para disputas entre a elite.

Outro ponto interessante é que o nome "Quebra-Quilos" vem do fato de os rebeldes destruírem os novos instrumentos de medição. Eles não apenas se recusavam a usar as balanças e pesos oficiais, mas os quebravam e os jogavam em praça pública, em um gesto simbólico de repúdio ao governo. Esse ato de vandalismo, embora parecesse irracional, era uma forma poderosa de comunicação, mostrando que eles não aceitavam a imposição de um sistema que consideravam injusto e prejudicial.

Além disso, a revolta também teve uma forte conotação religiosa. A população, majoritariamente católica, via o sistema métrico como uma "heresia" ou algo ligado a uma intervenção diabólica, o que reforçava a legitimidade da resistência. A presença de líderes religiosos, como o padre Doutor Manoel Correia de Melo, à frente de alguns grupos, evidencia como a fé se entrelaçava com a política e a economia na vida dos revoltosos.

Portanto, a Revolta do Quebra-Quilos deve ser compreendida como uma expressão legítima de protesto social, inserida no contexto de tensões entre o projeto centralizador do Estado imperial e os interesses das populações marginalizadas. Seu estudo nos ajuda a entender a complexa relação entre poder, modernização e resistência no Brasil do século XIX.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberais, radicais e maçons: o movimento do Quebra-Quilos e a instabilidade política no Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

LIRA NETO. **Padres, Coronéis e Homens Livres: a revolta do Quebra-Quilos no Nordeste**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAIOR, Armando Souto. **Quebra-quilos: lutas sociais no outono do Império**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Autoritarismo e resistência popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SECRETO, María Verónica. **(Des)medidos: a revolta dos quebra-quilos (1874-1876)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

SILVA, Francisco das Chagas Fernandes da. **A Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875): resistência popular no Nordeste imperial**. João Pessoa: UFPB, 2010.